

SUCESSÃO

PT abre congresso para aclamar Dilma, que exaltará ‘herança bendita’ de Lula

Em discurso, ministra vai enaltecer as obras do governo e a necessidade de preservar o modelo econômico

Vera Rosa
BRASÍLIA

Com o slogan “O Brasil é nossa bandeira”, o PT inicia hoje o seu 4º Congresso Nacional, em Brasília, para sacramentar a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, à sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovar as diretrizes que vão nortear o programa de governo e definir a política de alianças da campanha. No discurso preparado sob medida para aceitar a “herança bendita”, Dilma vai enaltecer as obras do governo Lula e a necessidade de preservar o modelo econômico, como faz a nova versão de sua plataforma, retocada a pedido do Planalto.

A aclamação de Dilma como candidata ocorrerá no sábado, dia marcado para o seu pronunciamento no megaencontro petista. Em tom emocional, a chefe da Casa Civil dirigirá afagos ao PT e pedirá o apoio do partido para enfrentar o desafio histórico, considerado maior do que ela pode enfrentar sozinha, de substituir Lula na chapa. Nos 30 anos do PT, esta será a primeira eleição presidencial disputada pela sigla sem o nome dele na cédula de votação.

Tudo foi planejado para a ministra encarnar o pós-Lula e se declarar portadora da energia do presidente, dando continuidade à sua missão. Ela citará eixos do plano de governo, intitulado *A Grande Transformação*, como educação, saúde, segurança, grandes cidades e juventude. O documento incorporou trechos inteiros de referências à importância da estabilidade econômica na era Lula e numa eventual gestão Dilma.

Os ajustes no tom do programa – coordenado pelo assessor de Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia – ocorreram depois que o texto passou pelo crivo do Planalto, como revelou o **Estado** na semana passada.

“Eu tive a oportunidade de conversar com o presidente e ele disse que não tinha cabimen-



WILSON PEDROSA/AE

MEGAENCONTRO – Partido gastou cerca de R\$ 6,5 milhões no evento, que deve reunir cerca de 3 mil pessoas, até sábado, em Brasília

to o PT fazer um programa de governo diferente do que nós estamos fazendo. O nosso programa tem de partir do que nós fizemos desde 2003 e dizer que dá para avançar mais na distribuição de renda e na industrialização, por exemplo”, afirmou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. “Além disso, a economia é muito sensível. Como poderíamos nos apresentar para nos suceder negando o que nós fizemos? Seria um tiro no pé.”

Lula pediu mudanças no texto por avaliar que o esboço não contemplava os “avanços” dos quase oito anos de seu governo em economia, saúde e educação e, além disso, dava margem para interpretações “errôneas” sobre possível caráter estatizante das propostas.

A última versão, que será votada amanhã pelo congresso do

PT, prega o fortalecimento das estatais e das políticas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB e BASA para o setor produtivo.

Nesse tópico, porém, foi acrescentado um trecho esclarecendo que “os bancos devem orientar-se para a produção e o consumo, a custo cada vez menores, de modo a promover o emprego e a renda em um quadro de estabilidade monetária”.

CRISE MUNDIAL

Há agora no programa várias referências às medidas tomadas pelo governo para driblar a crise mundial. O novo desenvolvimentismo que embala o plano de Dilma, mesclando incentivos ao investimento público e privado com distribuição de renda, é

batizado de *Projeto de Desenvolvimento Nacional Democrático Popular, Sustentável e de Longo Prazo para o País*.

Foram retiradas as estocadas ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. Embora o nome dos dois não fosse citado explicitamente, a alusão era clara na abordagem sobre a “percepção equivocada de que o mundo vivia um novo renascimento”. Na versão anterior constava o adendo “como explicou um ex-presidente” e “como afirmou um chanceler do governo passado”.

A tesourada também atingiu a avaliação contida no primeiro texto quando era citado o Bolsa-Família. Dizia o documento que programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, perderiam “a importância que

têm” num eventual governo Dilma à medida em que o crescimento acelerado provocasse “mais empregos, renda e bem-estar social”. Agora, a plataforma garante que haverá “aprimoramento permanente dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família”.

O novo presidente do PT, José Eduardo Dutra, lembrou que o programa final somente será fechado após receber contribuições dos partidos aliados. No diagnóstico de Dutra, que tomará posse amanhã, as diretrizes em discussão não representam uma guinada à esquerda, embora a avaliação seja feita por nove entre dez petistas. “Não se trata de esquerda nem de direita. Trata-se de uma proposta da realidade, pois a crise econômica jogou por terra a falácia de que o mercado resolve tudo.” ●

DIRETRIZES

O PT realiza de hoje até sábado o 4.º Congresso Nacional do partido, em Brasília



O que é

Instância máxima do PT, o Congresso

Nacional tem poder para alterar o estatuto da legenda e é responsável por dar a linha de atuação da nova direção partidária no período de 2010-2012



Onde

Serão três dias de evento, entre hoje e sábado, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O público total deve chegar a 3 mil pessoas



Como funciona

Os 1.350 delegados escolhidos por filiados do PT em todo o País votam contra ou a favor de resoluções e teses pré-debatidas pelas instâncias partidárias, sobre temas que variam do funcionamento do PT à tática traçada para a eleição



O que está em discussão

Este ano, delegados petistas deverão ratificar documentos sobre diretrizes do programa de governo de Dilma Rousseff, tática eleitoral e política de alianças. Também devem delegar à direção partidária a tarefa de modernizar o estatuto



Estratégia

O Congresso vai aclamar Dilma como pré-candidata do partido ao Palácio do Planalto. A oficialização da candidatura, porém, só ocorrerá na convenção do partido, em junho



Quanto custou

No total, o evento representa uma despesa de R\$ 6,5 milhões para os cofres petistas, sendo R\$ 2 milhões somente em passagens aéreas

Resolução fala em ‘agregar forças políticas de centro’

Maior problema continua sendo a dificuldade de fechar alianças formais com PMDB em ao menos 11 Estados

BRASÍLIA

Sem conseguir casar de papel passado com o PMDB em vários Estados, o PT deve aprovar amanhã uma resolução dizendo que a vitória na eleição dependerá da “capacidade de agregar forças políticas de centro”. O documento sobre tática eleitoral e política de alianças não cita o PMDB, mas observa que, para o PT ter sucesso na tarefa de “transformar as eleições em uma disputa de projetos antagônicos”, é importante constituir a mais ampla frente de partidos aliados do governo Lula.

Apesar de afirmar que o PT deve se esforçar para reprodu-

zir nos Estados a frente de apoio à candidatura da ministra Dilma Rousseff, a cúpula petista admite um “acordo de procedimentos” na campanha para a montagem de dois palanques.

O PT e o PMDB enfrentam dificuldades para acertar coligações em Minas, Bahia, Pará, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Paraná. Há, ainda, parcerias tidas como impossíveis em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco.

O caso que mais preocupa o comando do PT é o de Minas. Lá, o partido tem dois pré-candidatos (o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel e o ministro do Desenvolvimento

Social, Patrus Ananias), mas o PMDB não abre mão de lançar o ministro das Comunicações, Hélio Costa. Nas últimas semanas, surgiu o fator Alencar. Para resolver o imbróglio, o vice-presidente José Alencar (PRB) pode entrar na corrida.

“Antes de tudo, é fundamental resolver nossa cizânia interna”, diz o novo presidente do PT, José Eduardo Dutra. No caso do Maranhão, o deputado Domingos Dutra mostra inconformismo com a tentativa da direção petista de incentivar a aliança com a governadora Roseana Sarney (PMDB), candidata à reeleição. “O PMDB tem a obrigação de apoiar Dilma”, afirma.

“O partido tem seis ministérios, uma penca de cargos e o comando da Câmara e do Senado. Por que temos de ser empurrados para Sarney? Não aceitamos ser cassados em pleno governo Lula.”

No primeiro esboço da proposta a ser apresentada ao 4º Congresso do PT, a cúpula do PT insinuava com mais ênfase a possibilidade de intervir em diretórios que se recusam a cumprir a orientação nacional de aliança com o PMDB. Embora a hipótese ainda exista, o texto ganhou contornos mais amenos.

De qualquer forma, o texto caprichou nas alfinetadas. Afirma que a disputa será “uma das mais polarizadas” da história e contrapõe o projeto petista ao tucano. Na avaliação do PT, os “neoliberais” da aliança PSDB-DEM estão “encurralados ideologicamente” e quebraram o País “três vezes”. “O ano de 2010 pode significar o prosseguimento, o caminho aberto por Lula, ou a volta ao modelo neoliberal”, diz um trecho. ● **V.R.**

Facções disputam vagas na Executiva

Uma das poucas definições é que Dirceu não volta à cúpula partidária

Clarissa Oliveira

ENVIADA ESPECIAL
BRASÍLIA

Na véspera da abertura de seu 4º Congresso, o PT ainda custava ontem para definir a composição de sua nova Comissão Executiva Nacional. Membros do atual comando, que entregam seus cargos esta semana, ainda planejavam reuniões para hoje e amanhã, num esforço para conciliar as pressões de correntes internas por vagas na direção. Entre as poucas certezas que pairavam ontem sobre as negociações estava a de que o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu não voltará a compor a Executiva Nacional.

Considerada estratégica por se tratar de um ano eleitoral, a Secretaria de Comunicação estava na lista de desejos da ala Um Novo Rumo para o PT, que avisou semanas atrás que indicaria o deputado estadual Rui Falcão (SP). Nos últimos dias, entretanto, cresceram as pressões para que o posto fique com um parlamentar. Setores da sigla passaram a propor o nome do deputado André Vargas (PR). Além disso, o comandopetista não conseguiu definir o destino da Secretaria de Assun-

tos Institucionais, que hoje está nas mãos da corrente Movimento PT e é ocupada por Romênio Pereira.

Por outro lado, o PT conseguiu resolver pendências como a da Secretaria de Finanças, comandada por Paulo Ferreira. Depois de algumas pressões, a sigla bateu o martelo no nome do presidente da Bancoop, João Vaccari Neto. Próximo ao deputado Ricardo Berzoini (SP), que se despede da presidência do PT, Vaccari assumirá a tarefa de administrar uma dívida de R\$ 36 milhões. Boa parte do rombo foi herdada da gestão do ex-tesoureiro Delúbio Soares, expulso do partido após o escândalo do mensalão. A expectativa é de que o PT também confirme a permanência do deputado José Eduardo Martins Cardozo (SP) na secretaria-geral.

O congresso também dará posse ao novo Diretório Nacional petista. A nova instância, como já era esperado, voltará a abrigar vários envolvidos no escândalo do mensalão, entre eles Dirceu e João Paulo Cunha. Junto com colegas de legenda como os deputados José Genoíno (SP) e José Mentor (SP), eles integram a chapa da corrente Construindo um Novo Brasil. ●

Documento reabre polêmica sobre arquivos e Comissão da Verdade

BRASÍLIA

Depois de contornar a crise instalada no governo com a divulgação do Programa Nacional de Direitos Humanos, o presidente Lula foi informado por auxiliares que há nova turbulência à vista. No documento que trata das diretrizes para o programa de governo da ministra Dilma Rousseff, pré-candidata do PT

ao Palácio do Planalto, o PT propõe a “abertura dos arquivos e implementação da Comissão da Verdade, para esclarecimento público dos casos de torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos no Brasil”.

A Comissão da Verdade foi o ponto mais polêmico do decreto presidencial que instituiu o programa de direitos humanos. Proposta para analisar casos de tor-

tura e execução sumária nos anos da ditadura (1964-1985), a comissão foi alvo de ataques por parte dos militares, que viram no texto o incentivo à revisão da Lei de Anistia.

Na tentativa de encerrar a crise, Lula editou novo decreto, em janeiro, retirando expressões que causaram a ira das Forças Armadas, como “repressão política”. Além disso, o governo tam-

bém resolveu “tornar público” o programa, em vez de aprová-lo. A estratégia foi planejada para dar publicidade ao texto, deixando de encampar trechos mais polêmicos.

Na época, Lula pediu que os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) cessassem o bate-boca por causa do programa. ● **V.R.**



estadão.com.br

Siga a cobertura do Congresso do PT em tempo real no Twitter

twitter.com/nacional_estado



DORA KRAMER

A columnista está em férias